

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021):**

**1.1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (tapa buraco e recape) de vias pavimentadas e ciclovias alternativas, com fornecimento, transporte e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado e Quente (CBUQ) faixa C, em vias do Município de Itapoá

<b>CATSER</b> 18376*	<b>Serviços de manutenção (tapa buraco e recape) de vias pavimentadas e ciclovias alternativas, com fornecimento, transporte e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).</b>				
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UN</b>	<b>QTDE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	1	R\$ 37.176,00	R\$ 37.176,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE OBRAS	UN	1	R\$ 50.355,84	R\$ 50.355,84
1.3	TAPA BURACO - REMENDO PROFUNDO (COM ESCAVAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO DE BASE E OU SUB-BASE E CAPA ASFÁLTICA) (ESPESSURA DE 15 CM)	M²	5000	R\$ 265,27	R\$ 1.326.347,94
1.4	TAPA BURACO SIMPLES E RECAPE (FRESAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO/IMPERMEABILIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO COM CBUQ)	M²	20.000	R\$ 145,99	R\$ 2.919.809,20
1.5	RECONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE (ESPESSURA DE 60 CM)	M²	2000	R\$ 153,99	R\$ 307.984,80
1.6	EXECUÇÃO DE FAIXA ELEVADA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES, atendendo as normas de construção e referências constantes da Resolução nº 738 do CONTRAN	M²	100	R\$ 3.067,93	R\$ 306.792,52
1.7	EXECUÇÃO DE LOMBADA TIPO II, atendendo as normas de construção e referências constantes da Resolução nº 600 do CONTRAN	M	200	R\$ 588,48	R\$ 117.696,20
1.8	EXECUÇÃO DE LOMBADA TIPO I, atendendo as normas de construção e referências constantes da Resolução nº 600 do CONTRAN	M	100	R\$ 197,77	R\$ 19.777,26
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 5.085.939,76</b>

Havendo divergência entre as descrições e especificações constantes do CATSER e deste Estudo Técnico Preliminar, **prevalecerão as disposições deste último.**

**1.2.** O valor total estimado da aquisição/contratação é de **R\$ 5.085.939,76 (cinco milhões, oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos)**, para o objeto.

**1.3.** Para estimativa desse valor foi utilizada como base de cálculo a tabela SINAPI, referência 08/2025 (não desonerado). Foi adotado o percentual de BDI de 22,00 %, que apresenta valores calculados segundo fórmula e parâmetros estabelecidos pelo Acórdão Nº 2.622/2013 – TCU – Plenário.

**1.3. PRAZO DE VIGÊNCIA:**

**1.3.1.** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' e 'c' da Lei nº 14.133/2021):**

**2.1** Com o passar do tempo, o asfalto sofre desgaste natural devido ao tráfego intenso, variações climáticas, exposição aos raios solares e ações de agentes químicos presentes na atmosfera. Esses fatores podem causar fissuras, trincas e deformações no pavimento, comprometendo sua integridade estrutural.

O pavimento asfáltico pode apresentar uma série de deficiências, como buracos, ondulações, afundamentos, desgaste superficial, desprendimento da camada de rolamento, entre outros problemas. Essas falhas podem comprometer a segurança dos usuários, causar danos aos veículos e prejudicar a fluidez do tráfego.

Outro fator que pode influenciar na necessidade de execução de serviços de manutenção de vias, é o aumento da capacidade de carga, pois quando uma via apresenta um aumento significativo no volume de tráfego ou no peso dos veículos que a utilizam, pode ser necessário recapear o pavimento para aumentar sua capacidade de carga e garantir sua durabilidade. Isso pode envolver o aumento da espessura da camada asfáltica ou a utilização de materiais mais resistentes.

Em alguns casos, o recapeamento asfáltico é necessário para fortalecer a estrutura do pavimento, especialmente quando ocorre a deterioração das camadas subjacentes, como a base e o subleito. O reforço estrutural pode envolver a remoção das camadas danificadas e a reconstrução do pavimento, garantindo uma base sólida para o novo revestimento asfáltico.

O recapeamento asfáltico também pode ser realizado como parte de um projeto de melhoria da qualidade da via, visando proporcionar maior conforto e segurança aos usuários. Isso pode incluir a redução de ruídos, a melhoria da drenagem, a sinalização adequada e a adoção de técnicas mais avançadas de pavimentação.

Outro fator que deve ser levado em consideração, é o significativo aumento da utilização de bicicletas como modal de transporte, devendo o Município garantir a segurança dos ciclistas em seus deslocamentos, seja a passeio ou para deslocamento até o trabalho. Esse é um modal de transporte que deve ser incentivado pelos órgãos públicos, tendo em vista os grandes benefícios agregados, tanto para a saúde dos munícipes, como para a melhoria e fluidez do trânsito, pois o incentivo para o aumento da circulação de bicicletas, impacta diretamente na redução da utilização de veículos automotores. Deste modo, a Administração tem o dever de manter as ciclovias em condições de utilização, garantido a segurança de seus usuários.

**2.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021):**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção, recuperação e recapeamento asfáltico das vias públicas e ciclovias do Município, compreendendo intervenções corretivas, preventivas e de reforço estrutural do pavimento, de acordo com as condições técnicas identificadas em cada trecho a ser atendido.

Os serviços deverão contemplar, conforme a necessidade, a execução de fresagem do pavimento existente, reparos localizados ou generalizados, recomposição de camadas estruturais (base e sub-base), aplicação de nova camada de revestimento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) ou outra solução tecnicamente equivalente, bem como a adequação da espessura do pavimento para atendimento às solicitações de tráfego atuais e futuras, assegurando a durabilidade e o desempenho estrutural das vias.

A solução abrange, ainda, a correção de defeitos funcionais do pavimento, como irregularidades superficiais, deformações, buracos e trincas, visando restabelecer a regularidade da pista, melhorar as condições de rolamento, reduzir o risco de acidentes e minimizar danos aos veículos e aos usuários da via. Sempre que necessário, deverão ser executadas intervenções complementares, tais como melhoria da drenagem superficial, recomposição de meios-fios e sarjetas, e adequação dos dispositivos de escoamento pluvial, de modo a preservar a vida útil do novo revestimento asfáltico.

No que se refere à mobilidade urbana sustentável, a solução contempla a recuperação e o recapeamento de ciclovias e demais infraestruturas cicloviárias, com a finalidade de garantir condições seguras, confortáveis e adequadas de circulação aos ciclistas. As intervenções deverão observar critérios técnicos específicos para esse tipo de via, incluindo regularidade da superfície, aderência, sinalização horizontal e vertical apropriada, contribuindo para o incentivo ao uso da bicicleta como modal de transporte.

A execução dos serviços deverá observar normas técnicas vigentes, boas práticas de engenharia, especificações de qualidade dos materiais, controle tecnológico do pavimento e critérios de segurança do trabalho e do trânsito durante as obras. A solução proposta busca assegurar a economicidade dos recursos públicos, a redução de manutenções emergenciais, o aumento da vida útil das vias e a melhoria contínua da mobilidade, segurança viária e qualidade de vida da população.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21):**

**3.1.** Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos.

**3.2.** A presente contratação será fundamentada no Projeto Básico e memorial descritivo com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o

adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

**3.3.** É obrigatório que o responsável técnico possua pleno conhecimento do memorial descritivo, especificações técnicas, normas e manuais aplicáveis, não podendo alegar desconhecimento dos mesmos. Além disso, a empresa contratada deverá manter permanentemente na obra um encarregado com experiência na execução dos serviços contratados e na condução dos trabalhos, de acordo com as regulamentações estabelecidas.

**3.4.** O objeto do presente contrato será realizado sob a forma de empreitada por preço unitário.

**3.5.** A prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

**3.6.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante o período vigente da ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

**3.7.** Toda comunicação entre a contratada e o município relacionada com os serviços deverá ser feita por escrito aos fiscais do contrato.

**3.8.** Os serviços a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste documento e demais órgãos competentes fiscalizadores.

**3.9.** O fornecedor se obriga a executar os serviços, nas datas e horários previamente indicados.

**3.10.** Os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto deste contrato serão fornecidos pela Contratada, de acordo com as exigências técnicas e principalmente, qualidade, e demais normas constantes no Termo de Referência.

**3.11. Constituem obrigações da Contratada:**

**3.11.1.** Assumir integral responsabilidade por danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a Contratante de qualquer reclamação resultante de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

**3.11.2.** Manter preposto aceito pela Contratante, para representá-la durante a execução.

**3.11.3.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.

**3.11.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

**3.11.5.** A arcar com a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

**3.11.6.** Pagar os ensaios, testes e demais provas, exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

**3.11.7.** Deter o ônus pela solidez e segurança do objeto deste contrato, assim como pela responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela lei, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo.

**3.11.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

**3.11.9.** É de total responsabilidade da Contratada, a observância das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em efetivo funcionamento, durante a execução do objeto deste contrato.

**3.11.10.** Cumprir estritamente todas as leis, nacionais e internacionais, de prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro, fraudes a licitações e contratos administrativos e condutas assemelhadas, devendo tomar as medidas aplicáveis substituindo de imediato qualquer pessoa identificada, ou a ela relacionada, que possua envolvimento com corrupção, e/ou apresente impedimento ético.

**3.12. A contratada também deve observar os seguintes requisitos:**

**a) Critérios de sustentabilidade:**

- Utilizar materiais com menor impacto ambiental;
- Evitar materiais perigosos;
- Implementação de técnicas com menor consumo de energia;
- Otimizar o transporte de materiais;
- Minimizar a geração de resíduos;
- Controlar emissões de poeira e gases de efeito estufa;
- Reduzir o ruído durante as obras;

**b) Indicação de marcas ou modelos formalmente justificado e considerando as hipóteses previstas no inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021:** não se aplica;

**c) Exigência de amostras, vedação de marcas ou carta de solidariedade** nos termos dos incisos II, III e IV do art. 41 da Lei nº 14.133/2021: não se aplica;

**d) Vedação ou critérios de subcontratação** (Decreto Municipal nº 5.853/2023): Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

**e) Previsão de garantias** (art. 96 da Lei nº 14.133/2021): não se aplica;

**3.13.** A atividade é classificada como "Serviços de manutenção e conservação viária no Município de Itapoá/SC", compreendendo a correção de defeitos em pavimentos asfálticos, e não está sujeita a licenciamento ambiental.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021):**

**4.1.** A contratada deverá tomar medidas para proteger o público e facilitar o tráfego durante a obra, além de realizar atividades correlatas, como sinalização, interdições parciais ou totais de trechos de vias e comunicação aos usuários afetados.

**4.1.1.** A autorização da Prefeitura de Itapoá é necessária para interdições. Com a aprovação da fiscalização, a contratada pode usar variantes para desviar o tráfego sem remuneração extra e deve conservar a segurança das vias provisórias. As operações devem ser realizadas de forma a causar o mínimo de transtornos às propriedades vizinhas.

**4.1.2.** Os serviços deverão seguir as normas de segurança NR-18 e NBR 7678/1983.

**4.2.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**4.2.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via telefone, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**4.2.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**4.2.3.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**4.3.** Os serviços serão prestados no Município de Itapoá. O objeto deverá ser prestado parceladamente, nos locais indicados, a partir da emissão da ordem de entrega/serviço.

**4.3.1.** Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 18h00, podendo haver ajustes mediante prévia autorização da Administração, em função de necessidades operacionais, condições climáticas ou interesse público devidamente justificado.

**4.4.** O início dos trabalhos deverá ocorrer em até 07 (sete) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

**4.5.** O prazo de execução de cada solicitação será de no máximo de 30 (trinta) dias corridos. A dilatação dos prazos de conclusão somente será tolerada por problemas de caso fortuito ou de força maior, que se assim ocorrerem, deverão ser comunicados à Secretaria de Ordem Pública, por escrito.

**4.5.1.** Os serviços serão realizados e medidos mensalmente de acordo com as unidades de medida de cada item, conforme especificações e quantitativos;

**4.6.** O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**4.7.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.8.** O objeto será recebido definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço prestado e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**4.9.** Todos os materiais e serviços aplicados na execução dos serviços, serão comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo as condições estipuladas no Edital e seus anexos.

**4.10. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:** A descrição detalhada dos serviços, bem como as normas, critérios técnicos e sistemática a ser adotada para a seleção dos materiais e produtos, controle e aplicação nas camadas de revestimento,

recapeamento ou reperfilagem dos pavimentos, encontram-se integralmente especificadas no documento denominado Memorial Descritivo, o qual integra este Termo de Referência para todos os fins.

**5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21):**

**5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**5.2.** A presente contratação trata-se de serviço de engenharia comum.

**5.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**5.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**5.3.2.** A fiscalização técnica do contrato decorrente da contratação será executada pelo Sr. **EDUARDO EDSON MARCIO** (Engenheiro Civil) portador do CPF nº \*\*\*.055.109-\*\*, designado mediante autorização da autoridade máxima do órgão.

**5.3.3.** A fiscalização administrativa do contrato decorrente da contratação será executada pelo Sr. **DIOGO EDUARDO DE LATORRE GONÇALVES** (Secretário de Infraestrutura), inscrito no CPF nº \*\*\*.916.950-\*\*-68, designado mediante autorização da autoridade máxima do órgão.

**5.3.4.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**5.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**5.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**5.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**5.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**5.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "g", da Lei nº 14.133/2021):**

**6.1.** O pagamento do preço pactuado será efetuado após a prestação de serviço, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelas secretarias requisitantes, por meio do Relatório de Fiscalização, deverão ser pagas até 10 (dez) dias úteis após a prestação dos serviços.

**6.2.** Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

**6.3.** O método de avaliação e conformidade dos serviços prestados, deverão observar o cumprimento:

- a) das especificações para os itens conforme item 3 desse Termo de Referência;
- b) dos prazos e locais previstos no item 4 desse Termo de Referência, no memorial descritivo e cronograma físico-financeiro;
- c) das obrigações conforme disposto no instrumento contratual.

**7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea "h", da Lei nº 14.133/2021):**

**7.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.



**8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021):**

**8.1.** A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Prog	Proj/Ativ	FR	Subelemento
Sec. De Infraestrutura	1014	11	001	0015	0451	009	2074	150070000000	33903921
Sec. De Infraestrutura	1021	11	001	0015	0451	009	2252	150070000000	33903921
Sec. De Infraestrutura	1026	11	001	0015	0452	009	2078	150070000000	33903921

**8.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**8.3.** Conforme previsto no § 3º do art. 14 do Decreto Municipal nº 5.853/2023, **não há** previsão de utilização de recursos da união

Itapoá, 19 de janeiro de 2026.

**DIOGO EDUARDO DE LATORRE GONÇALVES**  
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA